

» Entrevista | **SERGIO MORO** | PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELO PODEMOS

# “Não vou entrar nesse baixo jogo”

» DENISE ROTHENBURG

“Como eu vou negar à população brasileira a oportunidade de ir para Brasília e construir um país melhor? Eu aceitei. E continuei no governo. E foram feitas coisas boas”. O ex-ministro da Justiça Sergio Moro não se arrepende de ter dito “sim” ao presidente Jair Bolsonaro em 2018, mas critica os repetidos ataques que

tem recebido do chefe do Executivo. Segundo Moro, “o presidente quer desviar a atenção das pessoas” porque não tem projeto de país. “Seu único projeto é a reeleição”, afirma, em entrevista exclusiva ao *Correio Braziliense*.

Segundo ele, que hoje no Recife para lançar seu livro de 288 páginas, Sergio Moro contra o Sistema da Corrupção, seu plano principal na Justiça era a consolidação dos

avanços contra a corrupção feitos por ele durante a Operação Lava-Jato como juiz. Ele lamenta, contudo, não ter tido apoio de Bolsonaro durante o tempo à frente da pasta. “Se o ministro não tem apoio do presidente da República, como é que ele consegue convencer o Congresso, o Supremo Tribunal Federal?”

Segundo o pré-candidato do Podemos, Bolsonaro “não está nem aí para o combate à

corrupção”. Perguntado se abriria mão da candidatura à Presidência para ser vice em alguma composição partidária, Moro avisa que seu “navio já zarpou”, e espera que, se tiver melhor performance mais à frente, os outros tenham essa disposição. No embalo para 2022, o presidencialista lança ainda a candidatura do senador José Antônio Reguffe (Podemos) ao Governo do Distrito Federal.

## Arrepende-se de ter participado do governo Bolsonaro?

De forma alguma. Eu era juiz da Operação Lava-Jato. Junto com vários outros magistrados, procuradores, advogados, de várias instâncias, com grande apoio popular, milhões de brasileiros saíram às ruas. Nós quebramos a impunidade da grande corrupção. Esse é um trabalho que me traz muito orgulho. Agora, em 2018, eu recebi um convite do presidente eleito. E vamos voltar os nossos relógios a 2018: a visão que se tinha era diferente da presente. Eu recebo um convite do presidente eleito para consolidar os avanços contra a corrupção. Eu pensei, assim, olha, o presidente é um personagem controverso, mas, como milhões de brasileiros, todos acreditaram que tinha uma chance de dar certo. Mesmo aqueles que não acreditavam, esperavam que estivessem errados. Como eu vou negar à população brasileira a oportunidade de ir para Brasília e construir um país melhor? Eu aceitei. E continuei no governo. E foram feitas coisas boas.

## O quê, por exemplo?

Nenhum Ministério da Justiça como o nosso, durante a minha gestão, combateu mais rigorosamente o crime organizado. Mesmo quem não gosta de mim reconhece isso. Enfrentamos lideranças das maiores organizações criminosas do país. Tivemos uma queda no número de crimes durante o primeiro ano da minha gestão. Caíram 19% os assassinatos no país. Tivemos programas muito exitosos, como a execução da rede nacional de perfis genéticos, abandonada em governos anteriores e outros. É claro que, quando a gente olha a segurança pública, ainda ficamos insatisfeitos. Não se consegue resolver tudo em um ano e quatro meses. Conseguimos fazer muito.

## E em relação ao combate à corrupção?

No meu plano principal, que era a consolidação dos avanços contra a corrupção, sinceramente, eu não tive apoio do presidente da República. E se o ministro não tem apoio do presidente da República, como é que ele consegue convencer o Congresso, o Supremo Tribunal Federal? Resistência no Congresso e no Supremo é normal, é da separação dos Poderes. Então, você tem que construir. Mas, se eu tinha o presidente sabotando, dia após dia, o combate à corrupção, não tinha condições de avançar.

**Na última live, Bolsonaro xingou o senhor. Na filiação ao PL, o senador Flávio Bolsonaro disse, 'Moro nos traiu e humilhou uma mulher (deputada Carla Zambelli)', numa alusão ao eleitorado feminino...**

Eu e o presidente somos pessoas muito diferentes. A minha proposta é construir um projeto de país e apresentar aos brasileiros e brasileiras. Inclusive, resguardar o direito das mulheres, promover esses direitos é parte fundamental desse projeto. Temos que perseguir melhor igualdade entre os homens e as mulheres no Brasil em diversos setores. Tenho uma filha e quero que ela possa, na vida, competir

AFP



**Eu e o presidente somos pessoas muito diferentes. A minha proposta é construir um projeto de país e apresentar aos brasileiros e brasileiras.**

**Acreditamos no nosso projeto. Acreditamos que vamos avançar, com humildade, mas com crescente confiança. Temos o projeto com melhores chances de vencer esses dois extremos.**

**Haverá chance de aliança com todo partido que tiver comunhão com nossos princípios e nossos valores; uma visão liberal de economia, sem prejuízo de políticas sociais consistentes."**

em condições de igualdade com os homens. Não vou entrar nesse baixo jogo, de ficar ofendendo, de ficar mentindo em relação ao que aconteceu. As pessoas sabem a verdade. O que acontece aqui é que o presidente quer desviar a atenção das pessoas. O presidente não tem projeto de país. O único projeto é a reeleição. O presidente não é uma liderança que inspira as pessoas. Se você não tem um líder, não tem um projeto, o país não vai a lugar nenhum.

## Como o senhor pretende se contrapor ao presidente?

Vamos demonstrar que somos sérios, não somos agressivos, mas que o nosso projeto é vigoroso. Consistente do ponto de vista técnico e fundado em princípios e valores e no diálogo. E diálogo com todo mundo. Não vamos entrar nessa baixa política, que o presidente quer nos arrastar porque não tem o que apresentar. O que o presidente tem a apresentar para os brasileiros? Gasolina a quase R\$ 7, preços no mercado subindo. Juros? Banco Central aumentou porque tem que controlar a inflação já que o país perdeu a credibilidade fiscal. Isso vai aumentar a dívida pública e vai aumentar a dívida das pessoas.

## O senhor vai conversar com todos que postulam a condição de nome da terceira via?

Primeiro, vamos esquecer essa expressão terceira via. Terceira via parte do pressuposto que temos dois candidatos inevitáveis e que seriam favoritos, que é o atual presidente e um presidente anterior. Eu, sinceramente, não acredito nisso. Não acho que o Brasil vai ser forçado a ter escolhas tão trágicas assim. É um governo que não funciona e um governo que não funcionou no passado. Ninguém quer isso de volta. Vamos ver o que vai acontecer nas eleições do próximo ano. Eu apresentei o meu nome. Quero construir um projeto e estou colocando de maneira muito clara. Meu objetivo é liderar esse projeto. Mas estamos conversando com todo mundo. E não só agora. Conversamos também no passado, porque o diálogo é importante, é relevante para a gente construir um país melhor e não tratar todo mundo nessa lógica, que são dos dois extremos, de amigo-inimigo. Todas as portas estão abertas para todas as pessoas.

## Aceitaria o papel de coadjuvante, ou seja, de ser vice nesse processo de construção para 2022?

Nós colocamos nosso projeto em andamento. Dá para usar aquela expressão, este navio já zarpou. Acredito que o nosso projeto, trazendo os partidos, a

sociedade, convencendo a população de que nosso projeto é consistente, e a credibilidade das pessoas que estão nele envolvidas, é o que tem a melhor chance de êxito. Nunca tive a ambição pessoal de ser presidente. Para evitar os extremos, se outro projeto tiver melhores chances, não teria problemas em abrir mão. Agora, acredito na liderança do nosso projeto. Assim como acredito que poderia abrir mão, espero que outros tenham o mesmo entendimento, porque nós precisamos somar.

## Que outros partidos podem se aliar ao Podemos?

Haverá chance de aliança com todo partido que tiver comunhão com nossos princípios e nossos valores; uma visão liberal de economia, sem prejuízo de políticas sociais consistentes.

## O União Brasil é quem está mais perto de pegar a vice?

Temos conversado com União Brasil, Novo, Cidadania, PSDB, eu sou um homem do diálogo. E sou também um homem de princípios e valores, e as duas coisas não são incompatíveis. A política é a arte do diálogo fundada em princípios, valores e projetos, evidentemente. Agora, temos que estabelecer limites e basear essas conversas em um projeto. Não adianta a gente conversar apenas pensando em preferências pessoais e proximidade. A gente tem que ter um projeto de país, e isso não existe há muito tempo.

## E o Distrito Federal?

O senador José Antônio Reguffe é um grande quadro político brasileiro. Tem um histórico de vida pública. Tem demonstrado tanto integridade quanto compromisso com boas causas perante o Congresso. É conhecido da população do Distrito Federal pela sua simplicidade, pela forma como aborda as pessoas, utiliza os meios digitais para divulgar o que faz, mas tem essa característica da pessoa na rua conversando e convencendo. É pré-candidato, sim, ao governo do Distrito Federal. Tenho convicção de que ele tem grandes chances de ser o próximo governador do DF. Se ele escolher ser candidato, terá meu apoio.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Quanto mais ocultas, mais fétidas serão as emendas ao Orçamento

Nova semana de queda de braços entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) teremos pela frente. Na aprovação da PEC dos Precatórios, a maioria do Senado manteve o sigilo sobre as emendas já executadas e adotou uma espécie de “me engana que eu gosto” em relação às que ainda não foram liberadas, ao propor que prefeituras, governos estaduais, órgãos federais e instituições da sociedade encaminhem “diretamente” ao relator os seus pedidos de emendas. A malandragem permite que os “padrinhos” desses pedidos não apareçam, ou seja os parlamentares, seus verdadeiros autores.

É como dizia, ironicamente, o cronista carioca Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, “ou restaura-se a moralidade ou nos locupletemos todos”. A proposta aprovada no Congresso adotou a segunda opção, que ainda vai dar muito pano para as mangas dos que estão distribuindo verbas do Orçamento com mãos de gato. O Supremo, ao endossar a decisão da ministra Rosa Weber, mandando sustar a execução das emendas, foi muito claro: orçamento secreto é inconstitucional. Tudo o que ocorreu precisa ter transparência, inclusive os nomes dos autores das emendas.

A forma desesperada como se tenta esconder seus autores só aumenta as suspeitas de “intermediação onerosa”, superfaturamento e desvios de recursos públicos. Haveria até mercado de emendas. Sobrou para o relator-geral do Orçamento da União de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC), operador das emendas secretas. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), segundo a Advocacia do Senado informou ao Supremo, pediu a Bittar (PSL-AC) que adote todas as “providências possíveis e necessárias para o cumprimento das citadas deliberações do Congresso Nacional e da mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal”.

No documento encaminhado ao STF, os advogados do Senado fazem questão de ressaltar que não havia obrigação para que esses dados — o autor da emenda, o valor pedido, o valor liberado e a destinação, por exemplo — estivessem cadastrados em algum sistema do Congresso. Somente os tolos podem imaginar que alguma emenda parlamentar ao Orçamento da União seja aprovada e liberada sem que se saiba e se registre o autor. Até os brincantes do calçadão da Gameleira, em Rio Branco (AC), sabem que o senador Bittar não dá ponto sem nó.

Além disso, o toma lá dá cá como instrumento de fidelidade na base governista impede que esse tipo de informação não seja do conhecimento de alguns mandachuvas do Centró: o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); a deputada Flávia Arruda (PL-DF), ministra-chefe da Secretaria de Governo; e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ministro da Casa Civil.

## Patrimonialismo

Tradicionalmente, a liberação de recursos para parlamentares consta também de planilhas das assessorias parlamentares da Presidência e dos principais ministérios, às quais os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), e na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), têm acesso, porque são o estuário das reclamações de insatisfeitos e responsáveis pela mobilização governista durante as votações do Congresso. Sob risco de se enrolar nesta história, será preciso muito óleo de peroba para Bittar não informar os nomes dos autores das emendas, já que Pacheco disponibilizou toda a estrutura e os servidores para levantar essas informações, “no prazo de 180 dias”.

O Brasil nunca se livrou do patrimonialismo, fenômeno estudado por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e Victor Nunes Leal, entre outros. Inspirados em Max Weber, autor do conceito, eles estudaram os mecanismos da formação e manutenção do poder das oligarquias, tanto na política quanto nas relações econômicas. O patrimonialismo surge quando não existe distinção entre o público e o privado, e as duas coisas se misturam.

É o que está acontecendo descaradamente com o Orçamento da União, desde que Arthur Lira (PP-AL) conseguiu articular a aprovação do orçamento secreto. Na acepção mais restrita do conceito, o patrimonialismo existe quando um líder político instrumentaliza o poder e cria mecanismos de controle de estruturas e agências de Estado para obter privilégios e vantagens pessoais. É uma herança das monarquias absolutistas, que impede que a máquina pública, a partir da racionalidade impessoal, tenha mais eficiência. O patrimonialismo está entranhado na política brasileira desde o Império.

**O patrimonialismo surge quando não existe distinção entre o público e o privado, as duas coisas se misturam. É o que está acontecendo no Congresso com as emendas secretas**